

Ressignificando o Conceito de Lixo e Lutando por Reconhecimento Social: a Experiência de catadores de Material Reciclável em uma Associação

Romário Rocha Sousa (UFMG) - romariorochasousa@gmail.com

Resumo:

Ao construir este trabalho, tive como objetivo central fazer algumas reflexões e problematizações sobre o contexto em que estão inseridos os catadores de material reciclável. Apesar de realizarem um trabalho que traz uma importante contribuição para a sociedade, esses catadores enfrentam várias adversidades, entre elas, a busca pelo reconhecimento social de seu trabalho e a luta por melhores condições de vida. Como pano de fundo, é apresentada a experiência da ASMARE, uma associação de catadores da cidade de Belo Horizonte que, por meio da autogestão e da realização de atividades de cunho educativo e cultural vinculadas ao trabalho, buscam superar e conviver com alguns problemas que ocorrem dentro da própria organização, assim aqueles decorrentes de uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade e pela diferença.

Palavras-chave: Associação; Autogestão; Catadores; Asmare.

Área temática: GT-18 Trabalho Autogestionário, Economia Popular Solidária e Educação: Processos Organizacionais e Protagonismos, em busca de Cidadania e Reconhecimento

Introdução

*“Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem”.

O poema *O bicho*, escrito por Manuel Bandeira em 1947, mesmo tendo se passado quase 70 anos, descreve muito bem e de forma atual o contexto em que muitas das pessoas que sobrevivem do lixo estão inseridas e como as mesmas são vistas na sociedade. Tendo isso como reflexão, este trabalho tem como objetivo analisar e problematizar o contexto em que estão inseridos os catadores de material reciclável e a forma de organização que os mesmos desenvolvem para lutar pelo reconhecimento social de seu trabalho e por melhores condições de vida. Como aporte empírico, exponho a experiência de formação da ASMARE, uma associação de catadores de material reciclável, localizada na cidade de Belo Horizonte, que apresenta uma série de paradoxos e dificuldades para a sua existência, porém, ao mesmo tempo, se mostra como uma alternativa interessante, frente às organizações tradicionais.

Criada em 1 de maio de 1990 por “catadores de lixo” com o auxílio do Poder Público, da Pastoral da Rua da Igreja Católica e alguns movimentos sociais, a ASMARE (Associação dos Catadores de Papeis, Papelão e Materiais Recicláveis) se mostra como uma organização muito mais importante do que uma fonte de trabalho e de renda, dado o contexto de seu surgimento e os desdobramentos da sua inserção e da atuação de seus membros na sociedade.

O surgimento da ASMARE é inerente à articulação entre organizações públicas, privadas e instituição religiosa, em um contexto histórico marcado por lutas entre os vários sujeitos sociais (JACOBI; TEIXEIRA, 1997), dentre eles, destacamos a importância da participação dos catadores de papelão e material reciclável. Esses catadores estão imersos em um contexto de exclusão do mercado formal de trabalho, marcados pelo peso de uma sociedade desigual, os quais veem na rua e no “lixo” uma forma alternativa de trabalho e sustento: sua principal fonte de sobrevivência.

Nesse sentido, o catador que antes dormia na rua e era caracterizado como morador de rua, passa agora a ser visto como “trabalhador na rua” (DIAS, 2002b). Mesmo assim, a presença dos catadores ganha uma maior visibilidade mais pelo seu aspecto negativo (remexendo no lixo alheio e muitas vezes deixando-o espalhado pelo chão) do que pela sua contribuição (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). Apesar de ser um trabalho marginal, ele tem um papel social importante para a cidade.

É no contexto de concentração de renda, desemprego e exclusão social que os catadores estão inseridos. Apesar dessas adversidades, há uma considerável e notável experiência de formação de organizações associativas, nas quais seus membros veem na autogestão uma forma alternativa de organização social, que não é pautada apenas na eficiência econômica.

Segundo Jacobi e Teixeira (1997), para que a ASMARE fosse criada e atingisse os objetivos propósitos, era necessário que os catadores se organizassem. Para isso, foi preciso que

os membros da associação desenvolvem práticas educativas que oferecessem noções de direito, responsabilidade e importância do trabalho dos mesmos, ou seja, foi necessário haver todo um processo de socialização e conscientização de suas condições enquanto trabalhadores e sujeitos políticos. Segundo os autores, o resultado dessa luta dos catadores deu um salto qualitativo na organização dos mesmos, mudando assim, a sua própria história como sujeitos relevantes na cidade de Belo Horizonte.

Para Dias (2002), ao carregarem a história vivida da ASMARE, os catadores são portadores de sua memória e sem ela não há como contar a história daquilo que foi produzido. A criação e organização da associação representam a conquista da luta desses catadores. Apesar disso, é preciso ressaltar que essa conquista é um caso ilustrativo da dificuldade gerada pela diferença entre o tempo político de uma gestão e o tempo pedagógico dos sujeitos sociais. Ao mesmo tempo em que esse contexto de trabalho dos catadores está permeado por conflitos e paradoxos, o mesmo também o é em termos de possibilidades.

Apesar disso, é importante ressaltar que, neste trabalho, eu falo da ASMARE, uma organização mais estruturada e que tem um maior reconhecimento social, porém há outras organizações menores de catadores em Belo Horizonte, inclusive até próximas à que é apresentada aqui, que vivenciam um contexto ainda mais problemático e marginal.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma. Primeiro, apresento o contexto em que os catadores estão inseridos, assim como algumas adversidades que os mesmos enfrentam em seu cotidiano de trabalho, muitas vezes, marcado pela exclusão e pela invisibilidade social. Logo após, apresento uma pequena contextualização da formação da associação, que é marcada por um processo histórico de lutas e resistências. Na terceira parte, faço uma discussão teórica sobre a autogestão, apresentando algumas contribuições e limitações dessa forma alternativa de organização social. Na quarta parte, exponho algumas características sobre a estrutura e a gestão da associação. Na parte final, destaco a importância de uma formação educacional emancipatória e transformativa, apontando algumas práticas de conscientização educacional que estão atreladas ao trabalho que os membros da ASMARE realizam. Por fim, faço algumas considerações finais sobre o que foi exposto no trabalho.

O lixo que vemos e homem que desaparece

O grande ideário da modernidade, pautado na civilização, no modo de produção e reprodução capitalista e em um estilo de vida predominantemente urbano levou vários agrupamentos humanos a buscarem nos centros das cidades uma forma de obter uma melhor condição de vida. Entretanto, se por um lado essa promessa promoveu um maior acesso a bens e serviços (dependendo da sua posição social, é claro), por outro, ela se mostra extremamente nefasta, ao gerar uma intensa urbanização, uma precarização das condições de trabalho e um aumento do consumo não consciente. Como um resultado desse processo, temos o aumento da produção de lixo e do contingente de pessoas em estado de miséria.

Segundo Torres (2008), parte desses trabalhadores excluídos vêm de regiões mais pobres e, quando chegam aos centros urbanos, não encontram moradia e, muitas vezes, nem o que comer, restando a eles a rua como a única alternativa. O sonho de uma vida melhor, muitas vezes, se transforma no pesadelo de uma realidade dura e imersa na miséria.

Dias (2002b), destaca que desde os tempos antigos, a população mais pobre vem sobrevivendo da recuperação das sobras da sociedade, contudo além de carregarem o peso de uma sociedade desigual, recorrentemente, são estigmatizados como marginais e vagabundos. Segundo Jacobi e Teixeira (1997), a população de rua é composta principalmente por aqueles trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado de trabalho que foram atingidos por uma condição de miséria extrema, o que tem impactado uma parte significativa da população. Os mesmos autores apontam que, na cidade de Belo Horizonte, no início da década de 1980, houve um crescimento expressivo da presença de moradores de rua, devido ao acirramento da crise da

oferta de trabalho, uma das consequências do chamado “milagre econômico” e da “década perdida”.

Como forma de sobrevivência, muitas pessoas em situação de rua passam a procurar no lixo uma fonte alternativa para suprir suas necessidades, configurando-se como catadores informais de materiais. Dias (2002a) aponta que o lugar que os catadores ocupam no imaginário social é o de pobre e marginal. Apesar da importante função ecológica que eles desempenham, o contexto dos mesmos, geralmente, é marcado por descaso, preconceito e violência. Um ofício¹ da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), escrito em 1979, descreve bem o estereótipo desse catador como sendo um “[...] *mendigo, via de regra que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósito de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa, à margem da lei*”.

Excluído enquanto trabalhador e enquanto cidadão (além de não terem um trabalho formal, muitos desses catadores não possuem carteira de trabalho e nem título de eleitor), a vida cotidiana e o trabalho do catador são marcados pela exploração, estigmatização e perseguição (DIAS, 2002a). Nesse sentido, o contexto de atuação desses catadores é repleto de atividades reservadas a uma classe de homens subproletarizados, que se tornam historicamente condenados pelo seu contexto político e social (COSTA, 2004). Os catadores estão inseridos em um contexto que Costa (2004) chama de invisibilidade pública², isto é, uma espécie de desaparecimento psicossocial de alguns homens em meio aos demais. Entretanto, caberia nos questionarmos: será que essa invisibilidade, de fato, está no catador ou no nosso olhar que insiste, muitas vezes, em não enxergá-lo? É por isso que Torres (2008) defende que a condição de excluído não é resultante da vontade individual, mas sim da ruptura dos vínculos sociais.

Segundo Dias (2002a), de modo geral, as diferentes sociedades ao longo da história têm uma relação de afastamento e de desprezo com os resíduos por ela produzidos e, dessa forma, os estigmas relacionados ao lixo são transferidos para as pessoas que trabalham ou estão próximas dele, como é o caso de catadores e garis. Tendemos a ver o lixo como algo sujo, desprezível, sem valor e, geralmente, não nos importamos muito com a sua destinação e nem com o percurso que o mesmo terá até chegar ao seu “destino final”, o que configura um dos grandes problemas da falta de educação ambiental em nossa sociedade.

Aquilo que nós consideramos lixo, para muitos catadores, é uma forma de aquisição de alimento, para se “nutrirem”; de roupas, para aquecerem seus corpos e; de objetos, muitas vezes usados como utensílios de cozinha. Dessa forma, o lixo não é apenas uma matéria-prima que se troca por dinheiro, para os catadores, ele também é visto como uma maneira de garantir a continuidade da vida.

Torres (2008) aponta que a gestão de resíduos sólidos no Brasil tem sido considerada uma grande problemática em termos de soluções práticas, devido ao pouco beneficiamento que temos feito dessa gestão e à incidência de catadores informais nas ruas e em vazadouros a céu aberto. Um ponto importante é que o Brasil é um dos países que mais reciclam materiais (em termos de quantidade), contudo o que não é muito evidente é que a maior parte do lixo que é recolhido para este fim vem do trabalho de catadores de rua e de organizações de materiais recicláveis.

A criação da associação: quando o resultado da luta mostra o seu esforço

O contexto de surgimento da ASMARE (Associação de Catadores de Papéis, Papelão e Materiais recicláveis) é marcado por um histórico de lutas e pela atuação de vários agentes sociais envolvidos, dentre eles destacamos o Poder Público (mais especificadamente, a

¹ Ofício GAB 3679/558/79.

² Apesar de Costa usar esse termo para se remeter à figura dos garis, penso que ele pode ser usando também para outras categorias de trabalhadores que apresentam um contexto semelhante ao deles, como, por exemplo, o caso dos catadores.

Prefeitura e os agentes da SLU), a Pastoral da Rua (uma organização pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte da Igreja Católica) e a população de rua (mais tarde alguns viriam a se tornar catadores). Segundo Jacobi e Teixeira (1997), a relação entre esses três atores envolvidos resultou em lutas conjuntas (e problemáticas), centradas no direito à cidadania da população excluída.

No final da década de 1980, muitos catadores que moravam na rua em Belo Horizonte eram perseguidos por fiscais da prefeitura, tendo o cotidiano de trabalho dificultado pela ação da Prefeitura, nas ditas “operações limpeza”, que constituíam uma pressão colocada pelas reclamações da população quanto à limpeza das ruas e pela racionalidade técnica dos funcionários da limpeza urbana, que viam na sua atuação uma forma de saneamento (DIAS, 2002a).

Em 1987 um grupo de irmãs beneditinas chegou à cidade, trazendo com elas a experiência de um trabalho desenvolvido junto à população de rua no município de São Paulo, e juntamente com mais 10 pessoas criaram a Pastoral da Rua (DIAS, 2002b), que tem o objetivo de desenvolver atividades junto à população de rua de Belo Horizonte visando transformar a qualidade de suas vidas, o que trouxe um novo olhar e uma forma diferente de lidar com a população de rua (DIAS, 2002a). Dessa maneira, a luta dos catadores tomou outro rumo.

Nessa mesma época, um grupo de catadores ocupou uma área que era utilizada como estacionamento. A área ficava às margens da avenida do Contorno (hoje atual sede da ASMARE). O espaço passou a ser utilizado como moradia das famílias e lugar para armazenar e separar o material coletado nas ruas (TORRES, 2008). Entretanto, um ano depois, o poder público, por meio da polícia, promoveu a retirada de forma violenta desses moradores do local. Nessa ação, houve muita resistência por parte dos moradores, entretanto os seus barracos foram destruídos e o material que haviam coletado foi recolhido (CARDOSO, 2003). Essa situação gerou uma certa revolta por parte de algumas organizações e instituições que se sensibilizaram pela causa dos catadores.

Depois de o poder público ter promovido a retirada forçada dos catadores, os membros da Pastoral da Rua chamaram a atenção da Sociedade Civil organizada para a situação vivida pelos catadores, articulando uma parceria de trabalho para ganharem visibilidade pública (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). A proposta da Pastoral de Rua, foi a de que era possível trabalhar com os recicláveis sem estar na condição de mendigo, dessa forma tinham a ideia de que era preciso organizar a produção dos catadores e lutar pelo reconhecimento do trabalho dos mesmos enquanto categoria profissional (DIAS, 2002a).

Por meio de reuniões e assembleias, foi se consolidando a consciência de que os catadores tinham direitos, de que eram trabalhadores e que poderiam transformar em renda o material que catavam na rua. Por meio da Pastoral, vieram outras instituições assistenciais para fortalecer o grupo de catadores, mudando assim, a descrença que os mesmos tinham do futuro (TORRES, 2008).

Oficialmente, a associação dos catadores foi criada no dia 1 de maio de 1990, em uma ação conjunta entre os catadores, a Pastoral e a Prefeitura. Segundo Cardoso (2003) e Torres (2008), a partir daí, inicia-se a disputa, junto à prefeitura, pela construção de um galpão (na mesma área que havia sido violentamente desocupada) para separação e triagem de resíduos sólidos e pela integração dos catadores ao sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos do município, o que foi conquistado em 1992.

A criação da Lei Orgânica do Município legitimou a atuação dos catadores. Entretanto, se por um lado essa lei tornou prioritária a participação de cooperativas e associações de catadores no sistema de coleta seletiva, por outro, ela também retirou do poder público o papel de principal responsável pela gestão dos resíduos. Para Cardoso (2003), tudo indicava que a real pretensão do poder público, caso efetivamente a implantasse, era fazer essa transferência

de responsabilidade por meio de terceirização, o que seria uma oportunidade para o setor privado atuar.

Após a vitória nas eleições de 1992 da Frente Popular (uma coligação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores), houve uma melhoria significativa nas relações entre governo municipal e a população de rua (DIAS, 2002a); (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). A partir dessa época, os membros da ASMARE voltaram seus esforços para o reconhecimento social do trabalho dos mesmos, para reforçar a interação com o poder público e para ampliar a atuação da associação no município e até mesmo no estado.

Jacobi e Teixeira (1997) enfatizam que as conquistas que os membros da ASMARE tiveram nesse curto período de tempo foram um resultado do processo histórico em que se desenvolveu a luta dos catadores. Assim, a presença da associação no cenário urbano reflete a problematização do estigma de morador de rua que o catador carrega, trazendo à cena pública um sujeito que também apresenta possibilidades e não somente mazelas e debilidades (DIAS, 2002b).

Autogestão: uma cestinha rica de possibilidades e limitações

O termo “autogestão”, relativamente recente, teve sua origem na língua francesa no início da década de 1960 e surgiu para representar a experiência política e econômica da Iugoslávia, servindo como uma alternativa ao stalinismo (ALMEIDA, 1983). Já Flach (2011), aponta que a lógica de organizações autogestionadas, sendo derivada do conflito entre capital e trabalho, não é nova e teria a mesma idade da empresa industrial. Segundo Pinheiro e Paula (2016), a terminologia autogestão diz respeito a uma “gestão autônoma” que se mostra contrária à heterogestão, que significa “gestão pelo outro”. Apesar de na literatura haver várias definições sobre o termo, muitas delas apontam, direta ou indiretamente, para a ideia de vermos a autogestão como uma forma alternativa de organização social frente aos modelos hegemônicos de gestão.

Esta definição simples, mas não menos completa, nos ajuda a evitar certas armadilhas em que muitos autores caem ao propor definições de autogestão compostas por termos que têm um caráter muito relativo, tais como “autonomia”, “participação”, “subversão”, “ganhos sociais”, “não hierarquias” etc. Nesse sentido, Pinheiro e Paula (2016) apontam que a ideia de autogestão implica uma pluralidade conceitual, estando esse conceito em constante disputa, por isso, esse modelo alternativo de organização deve ser entendido de forma processual e em construção (GONÇALVEZ; SANTOS; CAPELARI, 2012).

Uma das coisas mais interessantes de se estudar a autogestão é justamente a diversidade organizacional que ela pode propiciar, contudo muitos dos olhares que se voltam para as organizações autogestionadas recaem sobre duas percepções: em uma ponta, temos as pessoas que criticam e até mesmo rechaçam essa forma organizacional e na outra, as que a veneram, colocando-a em um pedestal. Essas visões são muito problemáticas, pois acabam minando as demais percepções que podemos ter sobre o mesmo fenômeno. Para evitar esse problema, Klechen, Barreto e Paula (2011), propõe a ideia de vermos os níveis de autonomia e participação nessas organizações na forma de um *continuum*, onde as estruturas organizacionais seriam mais ou menos burocráticas e hierárquicas, uma vez que, quando estudamos mais afundo essas organizações, vemos que não há um tipo ideal.

O contexto em que as organizações autogestionadas estão inseridas é problemático e marcado por dilemas. Pois, se de um lado muitos gestores buscam mesclar práticas de heterogestão e de autogestão para um melhor desempenho e eficiência organizacional, por outro, muitas pessoas veem na autogestão uma alternativa ao sistema capitalista (KLECHEN; BARRETO, PAULA, 2011). Assim, há uma grande frustração por parte dos membros de cooperativas e associações pois, muitas vezes, não conseguem competir em pé de igualdade

com as empresas no mercado que atuam e também por não oferecerem um ambiente de trabalho que seja totalmente guiado pelos ideais dos trabalhadores (BENINI; BENINI, 2010).

É preciso enfatizar que, mesmo atuando em empreendimentos de economia solidária, de cooperativas e de associações, os trabalhadores e trabalhadoras continuam a viver em um mundo capitalista (LOURENÇO, 2008). Dessa forma, a mudança de valores dos membros dessas organizações não é uma tarefa simples, pois precisam passar por um processo de transformação cultural que seja diferente ao da lógica racional de trabalho (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2011)

Os grupos autogestionados constituem uma importante forma de gestão social, uma vez que possibilitam olhares diferentes para pensarmos e desenvolvermos as organizações, frente aos modelos tradicionais e hegemônicos que fazem parte do nosso cotidiano. Nesse sentido, os modelos alternativos não são uma forma de subversão à lógica capitalista, porém apresentam alternativas para se gerar pequenas rupturas em contextos específicos.

Os resultados gerados por grupos coletivos não são significativos apenas em termos financeiros, mas também pelos impactos sociais, culturais e formativos que essas organizações coletivas podem propiciar (PINHEIRO, 2013.) Assim, apesar de os discursos dominantes dizerem o contrário, do ponto de vista operacional, não há como afirmarmos que os grupos que se organizam de forma coletiva são menos eficientes do que as organizações tradicionais.

Muitas vezes, quando olhamos para essas formas alternativas de gestão, insistimos em ter um olhar fortemente influenciado pela lógica econômica. Normalmente, o conceito de eficiência que usamos para “medir” a efetividade das organizações, de modo geral, está desconectado de seu caráter histórico, uma vez que os critérios para avaliá-la estão orientados para uma racionalidade econômica – a racionalidade do capital (PINHEIRO; PAULA, 2014). Segundo os mesmos autores, por um outro viés, se analisarmos sob a ótica coletivista, as organizações que se colocam como alternativas aos modelos tradicionais, apresentam ser mais eficientes, uma vez que o impacto social gerado na comunidade é muito maior do que o propiciado pela empresa capitalista.

Apesar disso, ao se desenvolver processos de gestão coletivos, tensões e conflitos culturais são inerentes como, por exemplo, a “necessidade” de hierarquia, o oportunismo dos indivíduos e a reprodução de ideologias dominantes. A própria questão de como esses grupos lidam com os recursos e como o tempo de trabalho é determinado, são diferentes dos modelos mais burocráticos. Assim, seria muito idealista de nossa parte pensar e tentar desenvolver organizações autogestionadas sem reproduzir, em alguma instância, a lógica racional capitalista do processo de trabalho. Esse é, talvez, um dos grandes desafios que as pessoas que formam essas organizações enfrentam em seus cotidianos de trabalho.

Pensar em formas alternativas de gestão envolve a necessidade de se levar em conta o processo de socialização e a transformação de valores dos sujeitos, até porque, não podemos negar que os indivíduos estão inseridos em contextos sociais específicos, que vão se alterando pelo seu caráter histórico. Nesse sentido, segundo Faria (2011), ao mesmo tempo em que as organizações constituem formas de dominação e controle, elas são também uma forma alternativa e eficiente de resistência e luta, propiciando movimentos coletivos de contestação.

Estrutura e organização da ASMARE

A ASMARE possui duas unidades e tem certa de 140 associados, número que veio se reduzindo ao longo do tempo, já que na década de 1990 esse número era superior a 260. A associação tem um Estatuto Geral aprovado em assembleia prevendo a sua regulamentação em relação à adesão de associados e a forma como a entidade deve ser administrada, sendo ilimitado o número de associados. A gestão da associação é composta por associados e atualmente possui os seguintes membros: uma presidente e uma vice-presidente, um tesoureiro e uma diretora financeira. O interessante é que a gestão da organização não é permanente, sendo

alterada a cada três anos, momento em que os associados fazem uma votação e elegem quem serão os representantes na gestão.

Assim como outras organizações autogestionadas, os membros da ASMARE enfrentam também alguns problemas, que estão relacionados à estrutura e à gestão da associação, assim como relacionamentos conflitantes entre os próprios associados.

Os galpões que foram construídos para armazenar os materiais e servirem de estrutura organizacional, trouxeram muitos benefícios para os catadores e para a limpeza urbana, entretanto geram conflitos internos. O horário fixo de funcionamento dos galpões se opõe, muitas vezes, ao ritmo autônomo dos catadores, refletindo a dialética entre o espaço que fornece abrigo e segurança e a rua, que dá liberdade e mobilidade. Dias (2002b) aponta que brigas entre os associados pela disputa de áreas coletivas e o uso abusivo de bebidas alcoólicas são um pouco recorrentes na associação. Apesar de os galpões representarem uma conquista da luta dos catadores, a sua implantação representa também as dificuldades enfrentadas pelos membros da gestão e pelos demais associados.

As exigências por produtividade geram alguns impasses e desentendimentos, dificultando a participação em reuniões coletivas, onde as decisões que afetam todos os associados são tomadas. Apesar disso, uma das características de grupos autogestionados é com relação aos conflitos presentes dentro deles. Diferentemente de organizações mais tradicionais e hierarquizadas, onde o conflito tende a ser visto como uma disfunção e uma anomalia organizacional, em grupos coletivos de trabalho esse conflito é mais assumido, sendo uma parte importante do processo de construção coletivo.

Os territórios onde os catadores fazem suas coletas se transformam em espaços de disputa de obtenção de “pontos” de recicláveis na cidade, que são marcados por relações de poder (DIAS, 2002b). Além disso, há também resistência por parte de alguns catadores que apresentam dificuldades de lidar com a produção coletiva e com o baixo reconhecimento de seu trabalho. A lógica racional do processo de trabalho, tão naturalizada socialmente, acaba contaminando o concreto social que une nossas relações com o outro. Por essas razões, e por outras, é que a autogestão na ASMARE se mostra como um grande desafio para a organização dos associados.

Apesar disso, as associações de catadores são organizações que auxiliam no reconhecimento e na valorização do trabalho dos membros, aumentando o número de parceiros e o poder de barganha com os demais agentes na cadeia dos recicláveis. Antes de criarem a associação, alguns catadores vendiam os materiais recolhidos para atravessadores, que pagavam muito pouco pelo material comprado. Hoje, os catadores aproveitam do próprio beneficiamento dos materiais. Dessa forma, gerando emprego e renda, e retirando uma boa parcela da população que dormia na rua, a ASMARE demonstra um retorno social da sua existência, reforçando o argumento de que esse tipo de organização pode trazer mais contribuição para a sociedade do que as empresas.

Dessa maneira, o cotidiano de trabalho na ASMARE é marcado por riquezas, e ao mesmo tempo, por contradições (DIAS, 2002b). Mesmo o tecido social na associação apresentado várias ambiguidades, as relações sociais que se dão ali produzem novos significados e, a partir disso, novas possibilidades são construídas.

Educar para resistir e transformar

Como pode um mundo tão desenvolvido cientificamente apresentar tanta miséria? Essa é a pergunta que representa um dos problemas sociais que mais perturbaram Theodor Adorno. Adorno e, principalmente, Paulo Freire acreditaram que a possível resposta para essa questão estava na educação, não na educação tradicional que nos é ensinada desde criança, mas sim naquela que liberta e emancipa. Pela marginalidade não ser uma opção, o homem marginalizado

tem sido excluído do sistema social. E é por essa razão que o excluído não está “fora” do sistema, mas dentro de uma estrutura social marcada pela contradição (FREIRE, 1979).

Se é pela ação e na ação que o homem se constrói enquanto ser humano (FREIRE, 1979), quanto mais a educação procura se fechar em torno de seu condicionamento social, mais ela se converte em mero instrumento da realidade social existe (ADORNO, 1995). Nesse sentido, a educação só gera transformação quando atribuímos uma função social para a mesma e ela só tem validade quando ressalta o seu caráter dialético com o contexto social no qual o sujeito está inserido (FREIRE, 1979). Por isso, Adorno (1995) chama a atenção para pensarmos a sociedade e a educação em seu devir.

Quando voltamos nosso olhar para os membros da ASMARE, percebemos que havia algumas necessidades que os associados precisavam superar para atingir seus objetivos propostos. Foi preciso que os catadores, que até então atuavam de maneira muito dispersa, se organizassem e desenvolvessem práticas educativas, ligadas ao processo de trabalho, que oferecessem noções de direito, responsabilidade, ecologia e importância social do trabalho dos mesmos, ou seja, foi necessário haver todo um processo de socialização e conscientização de suas condições enquanto trabalhadores e sujeitos políticos.

As associações e cooperativas de catadores também podem ser um meio para a educação ambiental voltada para a coleta seletiva, pois os catadores têm a oportunidade de instruir as pessoas de como fazer a separação do lixo, de tirar possíveis dúvidas e de demonstrar resultados (TORRES, 2008). É essa capacidade de atuar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas que está associada à nossa capacidade de refletir, por isso que não pode haver reflexão e ação sem a relação do ser humano com a sua realidade (FREIRE, 1981). Através dessas práticas educativas foi possível mostrar aos catadores que por meio de sua organização poderiam superar os problemas que enfrentavam e produzir uma nova realidade.

A ASMARE possui alguns projetos de cunho cultural e educativo, tais como a oferta de cursos de capacitação e alfabetização de adultos para associados e pessoas em condição de rua, uma oficina de produção de blocos feitos a partir de material reciclado para a construção civil e faz algumas intervenções em escolas e empresas sobre conscientização e educação ambiental. Além desses projetos, a ASMARE, em parceria com a Pastoral da Rua, possui um grupo de teatro que, por meio da arte cênica, mobiliza e promove junto às comunidades uma reflexão sobre reciclagem, consumo, produção industrial moderna e meio ambiente (TORRES, 2008).

O processo desencadeado através dessas atividades, além de promover ações artísticas e culturais também fornece conscientização, pois o argumento central é pedagógico e está promovendo a alteração do comportamento das pessoas envolvidas. Nesse sentido, o conhecimento não gera somente habilidades, ele pode oferecer também senso crítico e a liberdade para se pensar em outras possibilidades. Por isso, Adorno (1995) defendeu a ideia de que a educação deve ser orientada para a contradição, para a resistência.

Em meio a uma sociedade marcada pela diferença e pela desigualdade, a educação (não apenas a formal) se mostra como uma alternativa interessante para produzirmos outras realidades, assim, a educação não apenas reproduz as estruturas sociais dominantes, ela também pode transformar, pelo menos era isso que Paulo Freire defendia e é nisso que acredito.

Apesar disso, o processo de formação educacional dos associados na ASMARE está muito distante de ser uma educação emancipatória e transformativa, e falo isso aqui porque não é objetivo deste trabalho vender uma imagem da associação como uma organização modelo para as demais, contudo os trabalhadores e trabalhadoras da associação estão fazendo algo para tentar mudar a realidade de suas vidas, mesmo que essa mudança seja apenas no contexto em que atuam. Aqui, caberia a reflexão sobre quais ações transformativas estamos desenvolvendo em nossos contextos, pois, às vezes, nossos discursos estão carregados de protagonismo, mas nossas ações têm a profundidade de um pires.

Considerações finais

O catador de papel da ASMARE, que tem sua trajetória de vida ligada à rua enquanto espaço de trabalho e moradia, mesmo estando em uma realidade de exclusão e tendo pouco reconhecimento social de seu trabalho, desenvolve uma atividade que possui uma grande importância para a sociedade: a ressignificação do conceito de lixo.

Torres (2008) vê a cadeia de material reciclado possuindo entradas e saídas. Na entrada, observa-se o desemprego e os demais problemas estruturais que geram miséria. Enquanto que na saída, tem-se uma certa inclusão econômica e educação formal, o que diminui o número de pessoas em situação de miséria. Apesar disso, muitas das relações que se dão dentro das associações e das cooperativas são relações de dependência que, na maior parte das vezes, gira em torno de questões financeiras e de conflitos internos.

Segundo Farias Filho (2012), mesmo quando essas organizações conseguem uma infraestrutura necessária, a falta de cooperação e de parcerias com outras instituições afetam a forma de os membros se organizarem, gerando muitas dificuldades para a efetivação de suas atividades. Por isso, é importante notar que mesmo as gestões participativas e democráticas não estão à mercê da lógica do capital, sendo isso um grande aprendizado histórico dos movimentos cooperativistas e autogestionários (LISBOA, 2005).

Vale ressaltar que se o cotidiano de trabalho dos catadores da associação é marcado por conflitos e paradoxos, o mesmo também o é em termos de possibilidades. O caso dessa associação representa a dificuldade gerada pela diferença entre o tempo político de amadurecimento de uma gestão e o tempo pedagógico de reflexão dos sujeitos sociais. O resultado desse conflito representou um salto qualitativo na organização dessa população e colocou os catadores em um ponto de destaque na cidade de Belo Horizonte (JACOBI; TEIXEIRA, 1997).

Por fim, é preciso termos um certo cuidado ao falarmos desses catadores, taxados geralmente como pessoas pobres e simples que vivem daquilo que retiram das ruas, pois eles podem ter muito mais educação ambiental do que muitos acadêmicos. E Freire (2014), de forma muito humilde, representa isso bem ao dizer que não há saberes maiores ou menores, o que existe apenas são saberes diferentes. Temos aprendido um pouco com estudos que trazem contribuições a partir da experiência de sujeitos sociais marginalizados que, infelizmente, ainda são tidos por muitos acadêmicos como apenas uma fonte de dados de uma pesquisa. Parece que temos aranhado a superfície e encontramos alguma coisa, mas há muito o que (des)construirmos.

Referências

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, H, M. M. Autogestão: da idéia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010.

CARDOSO, M. B. R. **A Asmare e seus parceiros públicos e privados: uma rede de cooperação para a geração de trabalho e renda**. 2003. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

DIAS, S. M. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos em Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da Asmare. **ANAIS... XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002b.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania**: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare. 2002. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002a.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**. Vol. 2. Curitiba: Juruá, 2011.

FARIAS FILHO, M. C. Rede de catadores de materiais recicláveis: perspectiva para a organização da autogestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.

FLACH, L. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Revista de Administração da UFSM**, v. 4, n. 3, p. 378-389, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONÇALVES, D. M.; SANTOS, L. M. L.; CAPELARI, M. G. Relações de poder na economia solidária: um caso de autogestão em Londrina, Paraná, Brasil. **Capital Científico**, v. 10, n. 1, 2012.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. C. Criação do capital social: o caso da Asmare. **Cadernos de gestão pública e cidadania**. v. 2, 1997.

KLECHEN, C. F.; BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 669-94, 2011.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LOURENÇO, M. L. **Cooperativismo e subjetividade**: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008. 94 p.

ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE. BR**, n. 1, p. 65-81, 2012.

PINHEIRO, D. C. **Em busca de contribuições para a gestão na economia solidária**: um estudo a partir da literatura e do caso Cecosesola. 2013. Dissertação de mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. A mitologia da ineficiência: em busca da ressignificação de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 12, n. 27, p. 42-65, 2014.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

TORRES, H. R. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade**. O caso da associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, Asmare, em Belo Horizonte, MG. 2008. Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.